

TARSO CABRAL VIOLIN

Prefácios

Romeu Felipe Bacellar Filho e Carlos Montaña

TERCEIRO SETOR E AS PARCERIAS
COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UMA ANÁLISE CRÍTICA

Atualizado conforme a Lei das OSC – Organizações da Sociedade Civil
(Lei 13.019/2014) e a decisão do STF na ADIn 1.923 sobre a Lei 9.637/98

3ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte



2015

© 2006 Editora Fórum Ltda.
2010 - 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Márcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrcício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

V795t Violin, Tarso Cabral.

Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica. Atualizado conforme a lei das OSC – Organizações da Sociedade Civil (lei 13.019/2014) e a decisão do STF na ADIn 1.923 sobre a Lei 9.637/98 / Tarso Cabral Violin – 3. ed. rev. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2015.

349p.
ISBN 978-85-450-0094-5

1. Direito Administrativo. 2. Direito do Terceiro Setor. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Público. 5. Estado. 6. Sociedade Civil. 7. Parcerias.

I. Título. II. Violin, Tarso Cabral.

CDD: 342.06

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

VIOLIN, Tarso Cabral. *Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica.* Atualizado conforme a lei das OSC – Organizações da Sociedade Civil (lei 13.019/2014) e a decisão do STF na ADIn 1.923 sobre a Lei 9.637/98. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 349p.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO	
Tarso Cabral Violin	17
PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO	
Carlos Montaña	19
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Romeu Felipe Bacellar Filho	25
INTRODUÇÃO.....	29
CAPÍTULO 1	
O ESTADO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	33
1.1 O Estado, o governo e a Administração Pública	34
1.1.1 A reforma do Estado, por Boaventura de Souza Santos.....	36
1.1.2 O Estado social	40
1.1.2.1 Os serviços públicos sociais.....	43
1.1.2.2 O fomento.....	46
1.1.3 O Estado e o neoliberalismo	48
1.1.3.1 A democracia e o neoliberalismo, por Celso Antônio Bandeira de Mello	59
1.1.4 O princípio da subsidiariedade e o Estado social	61
1.2 Da Administração Pública patrimonialista à Administração Pública gerencial e a burocracia.....	68
1.2.1 Administração Pública patrimonialista	69
1.2.2 Administração Pública burocrática	70
1.2.3 Administração Pública gerencial	80
1.2.3.1 O neoliberalismo e a reforma gerencial, por Carlos Montaña	90
1.2.3.2 O plano diretor da reforma do aparelho do Estado.....	92
1.2.3.3 Os serviços sociais ou não exclusivos no gerencialismo e a chamada “publicização”	96

CAPÍTULO 2

O “TERCEIRO SETOR” E A SOCIEDADE CIVIL.....	103
2.1 A sociedade civil e o Estado ampliado, por Antonio Gramsci.....	103
2.2 O “terceiro setor”	112
2.2.1 Definição do “terceiro setor”	113
2.2.1.1 As organizações não governamentais (ONGs).....	114
2.2.2 Histórico do “terceiro setor”.....	116
2.2.3 Considerações gerais sobre o “terceiro setor”	118
2.2.4 A inadequação da expressão “terceiro setor”	123
2.2.5 Os atores componentes do “terceiro setor”	126
2.2.5.1 Os movimentos sociais.....	127
2.2.5.2 Entidades de benefício mútuo e de benefício público	129
2.2.5.3 As cooperativas	131
2.2.5.4 A “responsabilidade social” do mercado	142
2.2.6 Críticas negativas ao ideário neoliberal do “terceiro setor”	143
2.2.7 Análise do “terceiro setor”, por Boaventura de Souza Santos	152
2.2.8 Análise crítica do “terceiro setor”, por Carlos Montaña	157
2.2.9 Considerações sobre as esferas pública, privada e social	169
2.2.9.1 A esfera social, por Hannah Arendt	170
2.2.9.2 O público e o privado	178
2.3 As pessoas jurídicas sem fins lucrativos.....	181
2.3.1 Os institutos	182
2.3.2 As associações.....	182
2.3.3 As fundações privadas	183
2.4 As entidades paraestatais.....	184
2.4.1 Serviços sociais autônomos	188
2.5 Os títulos das organizações do “terceiro setor”	189
2.5.1 Utilidade pública.....	190
2.5.2 Entidades beneficentes de assistência social	191
2.5.3 Organização social (OS)	193
2.5.3.1 A inconstitucionalidade parcial das Organizações Sociais.....	202
2.5.3.2 STF julgou constitucional a Lei nº 9.637/98 das Organizações Sociais: uma análise crítica da ADIn 1.923-5-DF	237
2.5.3.2.1 Histórico das Organizações Sociais no Brasil	238
2.5.3.2.2 O julgamento pelo STF da ADIn nº 1.923-5-DF	241
2.5.3.2.3 Algumas considerações sobre as Organizações Sociais	248
2.5.4 Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).....	250

CAPÍTULO 3

AS PARCERIAS DO “TERCEIRO SETOR” COM A

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	259
3.1 Terceirização na Administração Pública.....	262
3.1.1 A obrigação do Estado na prestação direta dos serviços sociais...263	
3.1.2 A terceirização na Administração Pública.....	268
3.1.3 A terceirização por meio das entidades do “terceiro setor”	270

3.1.4	Conclusões do item	273
3.2	Os contratos administrativos.....	274
3.2.1	Licitação.....	275
3.2.2	Dispensa de licitação	277
3.2.3	As parcerias público-privadas (PPPs).....	280
3.3	Os convênios	283
3.3.1	A natureza jurídica dos convênios.....	290
3.3.2	Necessidade ou não de licitação para celebração de convênios...293	
3.4	Os contratos de gestão.....	295
3.4.1	Histórico dos contratos de gestão.....	295
3.4.2	Os contratos de gestão firmados pelas organizações sociais no Brasil	298
3.4.3	A natureza jurídica dos contratos de gestão celebrados com as organizações sociais	302
3.4.4	Licitação para a celebração dos contratos de gestão com as organizações sociais.....	304
3.4.5	Necessidade de licitação para as contratações realizadas pelas organizações sociais com dinheiro público.....	305
3.5	Os termos de parceria.....	306
3.5.1	A natureza jurídica dos termos de parceria	309
3.5.2	Concurso de projetos e necessidade de licitação para a celebração dos termos de parceria.....	311
3.5.3	Obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pelas OSCIPs com dinheiro público	315
3.6	As Organizações da Sociedade Civil - OSC	316
3.6.1	Propostas do autor	317
3.6.2	A Lei das OSCs	318
	CONCLUSÃO	323
	REFERÊNCIAS.....	337